

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20205, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20205, de 12 de fevereiro de 2019, divulgou a lista de Municípios, com a indicação dos códigos de Distrito/Concelho, das taxas de derrama lançadas sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, do período de 2018, bem como o âmbito das respetivas isenções, necessárias ao preenchimento da declaração de rendimentos Modelo 22 [☒](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 90026, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019, DA ÁREA DE COBRANÇA

O Ofício Circulado n.º 90026, de 7 de fevereiro de 2019, clarificou e divulgou os procedimentos a adotar em matéria de renúncia à representação fiscal, na sequência da alteração efetuada ao artigo 19º da Lei Geral Tributária, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018) [☒](#).

LEGISLAÇÃO

AVISO N.º 9/2019, DE 28 DE FEVEREIRO, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

O Aviso n.º 9/2019, de 28 de fevereiro, tornou público que foi assinado o Acordo Administrativo relativo à aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Índia, feito em Nova Deli, em 4 de março de 2013 [☒](#).

DECRETO-LEI N.º 28/2019, DE 15 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, procedeu à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte, que recaem sobre os sujeitos passivos de Imposto sobre o Valor Acrescentado [☒](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 13/2019, DE 14 DE FEVEREIRO

O Decreto do Presidente da República n.º 13/2019, de 14 de fevereiro, ratificou o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda em 18 de setembro de 2018, e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/2019, em 18 de janeiro de 2019 [☒](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 12/2019, DE 14 DE FEVEREIRO

O Decreto do Presidente da República n.º 12/2019, de 14 de fevereiro, ratificou a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2019, em 18 de janeiro de 2019 [☒](#).

LEI N.º 17/2019, DE 14 DE FEVEREIRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 17/2019, de 14 de fevereiro, estabeleceu o regime de comunicação obrigatória de informações financeiras, alterando diversos diplomas legais, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro, que regula a troca automática de informações no domínio da fiscalidade, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira [\[L\]](#).

DECRETO REGULAMENTAR N.º 1/2019, DE 4 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto Regulamentar n.º 1/2019, de 4 de fevereiro, fixou o universo dos sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) abrangidos pela declaração automática de rendimentos, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 58º-A do Código do IRS [\[L\]](#).

LEI N.º 9/2019, DE 1 DE FEVEREIRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro, alterou o artigo 43º da Lei Geral Tributária, clarificando, com natureza retroativa, o dever de as entidades públicas pagarem juros indemnizatórios pelo pagamento indevido de prestações tributárias, pelo facto de a sua cobrança se ter fundado em normas declaradas judicialmente inconstitucionais ou ilegais [\[L\]](#).